



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00142

Brasília, 13 de setembro de 2016.

Objetivo da reunião: Reunião de Acompanhamento de projeto
Horário e local: 10h - Sala 217 CJF
Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Jaqueline Aparecida Correia de Mello	SECRETARIO	SCE
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Vivian Brandao Silva	CHEFE DE SECAO	SEAJIP
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
José Antonio Savaris	MAGISTRADO	SG
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Membro do Comitê	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Gerente do projeto PJe na 1ª Região	TRF1
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor de Atividades Judiciárias	TRF2
David Bacelli Panessa (dbacelli@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sistemas de Informação	TRF3
Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador do Comitê Gestor	TRF3
Juiz Federal Fabiano Lopes Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Membro do Comitê	TRF3



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA e MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS.
Documento Nº: 1519847-456 - consulta à autenticidade em siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar

Classif. documental 40.07.01.01



CJFMRU201600142A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ivan Scarparo Forgearini (isf@trf4.jus.br)	Diretora da Secretaria de Sistemas Judiciais	TRF4
Juiz Federal Anderson Furlan (furlanpov11@gmail.com)	Titular da 5ª Vara Federal de Maringá	SJPR
Juiz Federal Marcelo De Nardi	Juiz Convocado Membro do CoGeTab	TRF4
Juiz Federal Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Membro do Comitê	TRF4
Valfrido Batista Santiago Junior (valfrido@trf5.jus.br)	Secretaria Judiciária	TRF5
Luiz Armando Lopes Campião (luizcampiao@mp.br)	Secretaria Jurídica e de Documentação	PGR
Miguel Antônio Silveira Ramos (ramosm@vetorial.net)	Membro do Comitê	CFOAB

Pauta

1. Apresentação de Projeto Gestão da Informação Judicial

Dr. Marcelo De Nardi apresenta o projeto de Gestão da Informação Judicial, abordando os objetivos que visam simplificar e padronizar a coleta de dados estatísticos na Justiça Federal para melhorar a gestão da informação judicial e gerenciar acervo. Os resultados esperados (produtos) são a padronização e a unificação das tabelas de classes e movimentos dos processos da Justiça Federal. Aponta que existem problemas estruturais nas tabelas, o que dificulta a obtenção de dados essenciais. Informa que o projeto foi apresentado ao Ministro Corregedor-Geral que manifestou o desejo de torná-lo uma iniciativa estratégica da Justiça Federal. Ivan Bonifácio (CJF) pondera sobre a importância da organização de dados e exemplifica dificuldades encontradas pelos tribunais para oferecer estatísticas. Ivan Forgearini (TRF4) questiona sobre o andamento da padronização das tabelas de documentos. (CJF) Melre ratifica a importância da padronização da tabela tipo de documentos e petições, pois tal tabela impacta todos os sistemas processuais e, em particular, as integrações com o PJe-TNU. Solicita, ainda, que seja estabelecido prazo para conclusão dos trabalhos da CTN com a realização, inclusive, de reunião presencial, se necessário. Leonardo Carvalho (TRF2) informa que a previsão da conclusão do trabalho pela Comissão Técnica de Negócio é para o mês de outubro. Dr. Fabiano Carraro (TRF3) demonstra preocupação quanto ao impacto da adoção da tabela padronizada de assuntos na implantação do PJe, sendo que a força de trabalho a ser empregada é a mesma que atua na expansão do PJe. Dr. Marcelo Albernaz (TRF1) aduz que a implementação das tabelas, sobretudo dos sistemas legados, pode prejudicar o esforço de implantação do PJe. Dr. Paulo Sérgio (TRF3) questiona a diferença entre o trabalho que o COGETAB já realiza e o projeto ora apresentado e qual o esforço necessário no âmbito do PJe. Dr. Marcelo de Nardi informa que, no âmbito do CNJ, não há renovação das tabelas desde 2009. Avalia que a criação da tabela mínima pode oportunizar a produção de material informativo para orientação dos usuários e padronizar a aplicação. Nisso consistiria a inovação e, como resultado, a obtenção de dados. Apresenta, ainda, proposição de duas linhas de ação: 1) seguir apresentando proposições, à medida que surgirem, ao CNJ;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

2) realizar um estudo para revisão completa das tabelas. Ambas, tendo em mente que a tabela mínima estará em conformidade com a tabela do CNJ. Que a vinculação com o PJe seria no sentido de aproveitar as capacidades do sistema para incorporar a tabela mínima, evitando, assim, o retrabalho. Em relação aos sistemas legados, pondera que o trabalho é voltado para o futuro. Desembargado Paulo Sérgio encaminha e o Comitê delibera pela ciência do teor do projeto. Solicita o detalhamento do projeto e o acompanhamento pela Comissão Técnica de Negócio. Salienta, também, a necessidade de priorizar a conclusão da padronização das tabelas de documentos e petições. O comitê delibera, também, por informar ao CNJ sobre a realização desse projeto.

2. Apresentação de Projeto de Estudo sobre Alterações da Lei de Execuções Fiscais

2. Apresentação de Projeto de Estudo sobre Alterações da Lei de Execuções Fiscais Dr. Anderson Furlan (SJPR) apresenta o projeto e informa que acha necessária a alteração do nome do projeto para "Aumentar a eficiência das Execuções Fiscais" e uma adaptação do escopo a fim de atender ao objetivo proposto que é de equilibrar o número de ações de execução fiscal em tramitação na Justiça Federal (cerca de 40% do total) e a arrecadação, que é mínima. Pondera a importância da adoção de boas práticas para a consecução deste objetivo e aponta para a customização do PJe e outros sistemas eletrônicos visando a "tramitação inteligente do processo de execução". Explicou algumas funcionalidades desejáveis na customização e automatização do PJe. Desembargado Paulo Sérgio sugere que os representantes regionais levantem as iniciativas sobre execuções fiscais no âmbito dos seus tribunais para que subsidiem a estratégia de implementação das medidas. Dr. Furlan propõe a elaboração de um inventário de funcionalidades em fase de implementação e/ou já em produção para ser analisado e daí proposta a uniformização. Valfrido (TRF5) informa que aquele regional possui documentação a respeito que será disponibilizada. O comitê delibera pela criação de um grupo de trabalho para a atividade. Dr. Reginaldo (CJF-Corregedoria) propõe que um juiz da SJDF seja incorporado a esse grupo. Dr. Furlan sugere o nome do Juiz Federal Felipe Raul Borges Benalli, do TRF da 3ª Região. Marcos Barbosa (TRF1) sugere que o enfoque da análise inclua, também, o que venha a ser fator impeditivo da tramitação das execuções fiscais no PJe. O Comitê delibera pelo levantamento e compilação das informações e pela criação do grupo de trabalho.

3. Informação sobre a implantação do PJe nas Regiões

3. Informação sobre a implantação do PJe nas Regiões Dr. Marcelo Albernaz (TRF1) informa que, em dezembro de 2016, será concluída a implantação do PJe em toda a 1ª Região para algumas classes cíveis. Notícia constituição de grupos de trabalho em execução fiscal, juizados especiais e criminais. Informa expansão para todas as classes cíveis na Seção Judiciária de Roraima em novembro de 2016. Vislumbra possibilidade de iniciar implantação em processos criminais, dos juizados especiais e de execuções fiscais até o final de 2017. Registra 23.881 processos no 1º grau e 6.551 processos no 2º grau. TRF2. Leonardo informa que o Dr. Theophilo deverá reunir-se com o Presidente do TRF para tratar da aprovação do cronograma de implantação na região. TRF3. David prevê a implantação em 10/10 nas varas cíveis e previdenciárias de São Paulo, 24/10 nas varas de execuções fiscais e em 07/11 em todas as varas de execuções fiscais. Registra 4.650 processos no 1º grau e 3.868 no 2º grau. Noticiou também a formação do grupo de trabalho para a implantação na matéria criminal. TRF5. Valfrido informa que o regional segue no trabalho de adequação das funcionalidades da versão nacional. TNU. Vivian ressalta a necessidade da padronização das tabelas para o avanço das remessas dos regionais para a turma. Informa que 100% do recebimento dos processos está sendo feito pelo PJe, mas que existem dificuldades na remessa para as 66



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

turmas recursais. Ivan (TRF4) sugere desenvolver uma extensão no escopo do MNI a fim de solucionar essas dificuldades. Ivan (CJF) solicita aos TRFs o encaminhamento dos respectivos cronogramas de implantação do PJe para publicação no Observatório da Justiça Federal.

4. Informes e pendências da última reunião

Ivan Forgearini (TRF4) questiona a respeito da comunicação enviada ao CNJ sobre a situação atual das intimações em relação à Resolução 234/2016 que trata, entre outras disposições, das intimações via Diário de Justiça Eletrônico Nacional -DJEN. Os cinco regionais e o CJF concordam que pela interpretação do normativo, permite que se mantenha o procedimento que é adotado atualmente até que seja implantado o DJEN. O representante da OAB se manifesta contrário. O comitê delibera que, em vista desta interpretação, que não há o que reparar na comunicação enviada ao CNJ. Marcos Barbosa (TRF1) questiona sobre a responsabilidade da gestão dos sistemas "satélites", se caberá a mesma equipe que se ocupa da gestão do PJe e, se não, como seriam indicados estes novos gestores e/ou grupos. Comitê delibera por pautar a questão para a próxima reunião. Yuri (TRF1) informa que a versão 2.0 do PJe foi desenvolvida em plataforma diversa das versões atuais e que o tema deve ser discutido, sobretudo, para tomada de decisão quanto às contratações de suporte. Dr. Miguel (CFOAB) informa que deseja participar das discussões sobre as versões e suas plataformas. Quanto à padronização da tabela de documentos e petições, o Comitê delibera que antecipadamente aprova o trabalho pela Comissão Técnica de Negócios e que quando tiver sido finalizado o mesmo seja enviado pela Secretaria Executiva ao CNJ.

5. Próxima reunião

Pré-agendada para 11 de outubro de 2016, às 10h, na sala 201 do CJF a ser confirmada conforme a orientação do Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Oficiar, informando ao CNJ, sobre o projeto Gestão da Informação Judicial e a sua intersecção com o PJe.	Secretaria Executiva	26/09/2016
2.1	Apurar junto ao CNJ quais os órgãos do Poder Judiciário estão utilizando o PJe para as execuções fiscais.	Secretaria Executiva	26/09/2016
2.2	Constituir Grupo de Trabalho para tratar de Execuções Fiscais.	Comitê Gestor	11/10/2016
3.1	Encaminhar os cronogramas de implantação do PJe na Região.	Gerentes regionais do PJe	26/09/2016
4.1	Redigir documento para embasar a consulta ao CNJ sobre a nova plataforma do PJe 2.0.	David Panessa e Yuri Freitas	26/09/2016
4.2	Encaminhar ao CNJ o resultado da padronização da tabela de documentos e petições.	Comitê Gestor do PJe	11/10/2016

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS
CHEFE DE SECAO
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

